

**BEM VINDO AO CURSO DE INVENTÁRIO
JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DE
ACORDO COM O CPC DE 2015
TEORIA E PRÁTICA**



ADVOCACIA
— NA PRÁTICA —

Apresentação

A advocacia em direito das sucessões como oportunidade de mercado.

- Poucos especialistas
- Todo mundo morre e a maioria deixa bens
- Tabela favorece a cobrança dos honorários
- A advocacia extrajudicial



ADVOCACIA
— NA PRÁTICA —

AVISOS

- Curso se divide em direito material e processual
- Modelos práticos
- Área para dúvidas
- Acesso vitalício e sem limites de visualizações



Conteúdo programático:

Direito Material

- Conceito de Sucessão
- Princípio de Saisine
- Herança
- Vocação hereditária
- Aceitação e Renúncia da herança
- Excluídos da sucessão
- Sucessão legítima
- Herdeiros necessários
- Breve exposição da sucessão testamentária



Conteúdo programático:

Direito Processual

- Inventário e partilha
- Abertura e espécies
- Inventariante
- Processamento
- Sonegados
- Pagamento das dívidas
- Colação
- Partilha
- Jurisprudências correlatas



1. SUCESSÃO EM GERAL

Conceito de sucessão: ato pelo qual uma pessoa assume o lugar de outra, substituindo-a na titularidade de determinados bens.

Emprega-se a palavra sucessão em sentido estrito, ou seja, ocorre a sucessão em decorrência da morte, daí o termo sucessão *causa mortis*.

Esse ramo do direito visa estudar a transferência de bens (ativo e passivo) do *de cujos* para os seus sucessores. O direito a herança está previsto no art. 5º, XXX da CF e disciplinado no código civil a partir do art. 1.784 e seguintes.



2. ABERTURA DA SUCESSÃO

Prescreve o art. 1784 do CC, que aberta a sucessão, a herança, transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

Trata-se do princípio de *saísine* em que o próprio defunto transmite ao sucessor o domínio e a posse da herança.

A legitimação para suceder será regulado pela lei vigente na época da abertura da sucessão.



2. ABERTURA DA SUCESSÃO

Espólio - Massa patrimonial do autor da herança (*de cujus*). Soma de todos os bens e dívidas deixadas pelo morto e não possui personalidade jurídica, porém tem legitimidade *ad causam* sendo representado pelo inventariante ou pelo administrador provisório (quando não é nomeado inventariante).



3. ESPÉCIES DE SUCESSÃO E SUCESSORES

A sucessão pode se dar de forma legítima (*ab intestato*) ou testamentária (art. 1786 do CC). A sucessão legítima decorre de preceito legal, ou seja, previsto na lei para quem será destinada a herança. Já a sucessão testamentária decorre da vontade da parte desde que respeitado os quinhões dos herdeiros legítimos.

Entende-se que na falta de testamento, significa que o autor da herança tinha a intenção de distribuir seus bens conforme dispõe a lei, pois se assim fosse o contrário, teria feito o testamento.

Pode haver a sucessão legítima e testamentária ao mesmo tempo, quando o testamento não trata de todos os bens do *de cujus*.



3. ESPÉCIES DE SUCESSÃO E SUCESSORES

A sucessão por testamento é a disposição de vontade do morto. Em caso de haver herdeiros necessários (ascendentes, descendentes ou cônjuge) o autor da herança só poderá dispor de 50% dos bens (art. 1789, CC).

É vedado pelo direito brasileiro a sucessão contratual que seria o pacto sucessório da herança de pessoa viva, salvo quando os pais, por ato entre vivos, partilhar seus bens com seus descendentes (art. 2018, CC).



3. ESPÉCIES DE SUCESSÃO E SUCESSORES

A sucessão pode ser feita a título singular e universal. A título singular, o testador deixa um bem certo e determinado para um beneficiário, chamado de legatário, como por exemplo, um carro, um terreno, um animal, etc. O legatário não se confunde com o herdeiro, sendo que este é o que recebe a sucessão a título universal para suceder na totalidade ou em fração da herança.

A sucessão legítima será sempre a título universal, pois transmite a totalidade da herança ou parte dela aos herdeiros. Já a sucessão testamentária pode ser por sucessão singular ou universal dependendo da vontade do testador.



4. HERANÇA E ADMINISTRAÇÃO

Conceito: Herança é o conjunto de bens, direitos e obrigações, que uma pessoa falecida deixa aos seus sucessores legítimos. Entende-se a herança como um todo, mesmo que sejam vários os herdeiros.

Até que se faça a partilha da herança, nenhum herdeiro possui posse exclusiva de seus bens. Sendo assim, a herança não pode ser dividida, até o momento da partilha os bens pertencem a todos os herdeiros. Daí a necessidade de nomear alguém para administrar os bens enquanto não é feita a divisão. Art. 1.791, CC

É a partilha que divide os bens e determina o que cabe a cada herdeiro na ordem de vocação hereditária.

Havendo testamento ou interessado incapaz, inicia-se o processo de inventário judicial.



4. HERANÇA E ADMINISTRAÇÃO

Encargos e obrigações deixados pelo falecido: Após a abertura da sucessão, os bens, direitos e obrigações são transmitidos ao herdeiro, que a partir desse momento responde pelos encargos (obrigações) do falecido na medida do seu quinhão.

Se o que se tem a receber (bens e direitos) for menor do que aquilo que se deve (obrigações), caberá o herdeiro provar tal diferença para eximir-se da dívida. Art. 1.792, CC.

A dívida pode estar sendo executada no momento da sucessão, cabendo aos herdeiros a substituição processual informando a morte do devedor e a assunção do espólio nos autos. Os próprios devedores podem se habilitar no inventário para garantir o crédito.



4. HERANÇA E ADMINISTRAÇÃO

Alienação ou Cessão da Herança

Quando se fala em indivisibilidade da herança até a partilha, diz respeito ao domínio e à posse dos bens hereditários, desde a abertura até a atribuição dos quinhões. Antes da partilha, o coerdeiro poderá alienar ou ceder apenas sua quota ideal, ou seja, direito à sucessão aberta que é tratada como imóvel segundo o art. 80 do CC.

Não pode ser objeto de cessão ou alienação parte certa e determinada do acervo hereditário.

Essa cessão sobre a quota parte hereditária, pode ser feito por escritura quando a pessoa estranha à sucessão, desde que outro co-herdeiro não reclame a quota para si. Art. 1793.



4. HERANÇA E ADMINISTRAÇÃO

Administração da Herança

A administração da herança ficará a cargo do Inventariante nomeado pelo juiz no processo de inventário.

O prazo para abertura do inventário, legitimados a ser inventariantes, bem como suas obrigações, serão objeto de estudo no módulo de Direito Processual.



5. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

Nos termos do art. 1798, do CC, legitimam-se a suceder as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão.

Não podem suceder os animais, salvo indiretamente, pela imposição ao herdeiro testamentário do encargo de cuidar de um especificamente. Só pessoas vivas ou já concebidas no tempo da abertura da sucessão podem ser herdeiras ou legatárias.

Filhos advindos de reprodução assistida. Divergência Jurisprudencial.

Art. 1799. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder:

I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão;

II - as pessoas jurídicas;

III - as pessoas jurídicas, cuja organização for determinada pelo testador sob a forma de fundação.



5. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

Não podem ser chamados a sucessão (diferente dos excluídos que praticam atos contra o autor da herança).

Art. 1.801, CC.

Art. 1.801. Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários:

I - a pessoa que, a rogo, escreveu o testamento, nem o seu cônjuge ou companheiro, ou os seus ascendentes e irmãos;

II - as testemunhas do testamento;

III - o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de cinco anos;

IV - o tabelião, civil ou militar, ou o comandante ou escrivão, perante quem se fizer, assim como o que fizer ou aprovar o testamento.

